



**CLIMÁTICA ENGENHARIA EIRELI**

PROJETO, CONSULTORIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CNPJ: 02.604.476/0001-67

CF/DF: 07.386.680/001-30

TEL.: (61) 3333-0233/ 3333-0003

EMAIL: CLIMATICA.ENG@GMAIL.COM

ADE 600 CONJUNTO 01 LOTE 07 - RECANTO DAS EMAS - DISTRITO FEDERAL

**À**

**Sra. Lívia Maria Duarte Zanetti**

**Chefe da Divisão de Licitações**

**Coordenação de Compras e Licitações**

**Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e**

**Combate à Fome**

**Assunto:** Informações e Esclarecimentos sobre o Auto de Infração e Participação no Certame

Prezada Senhora,

Em resposta ao e-mail enviado, cumpre-nos apresentar os esclarecimentos necessários, devidamente fundamentados, sobre a situação em questão.

## **1. Situação do Recurso Administrativo e Pedido Judicial**

Conforme informado anteriormente, esta empresa interpôs recurso administrativo junto ao órgão fiscalizador competente (MTE) contra o auto de infração em questão. Contudo, até o momento, não há decisão expressa sobre o efeito suspensivo do recurso nos autos administrativos.

Diante disso, e considerando os potenciais prejuízos advindos da manutenção do auto de infração sem análise conclusiva, ingressamos com ação judicial (Processo nº 1100285-61.2024.4.01.3400), atualmente conclusa para decisão, buscando liminar que atribua efeito suspensivo ao recurso.



**CLIMÁTICA ENGENHARIA EIRELI**

PROJETO, CONSULTORIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CNPJ: 02.604.476/0001-67

CF/DF: 07.386.680/001-30

TEL.: (61) 3333-0233/ 3333-0003

EMAIL: CLIMATICA.ENG@GMAIL.COM

ADE 600 CONJUNTO 01 LOTE 07 - RECANTO DAS EMAS - DISTRITO FEDERAL

## **2. Ausência de Relação Jurídica entre o Auto de Infração e o Processo Licitatório**

Ressaltamos que, mesmo que o recurso administrativo não possua efeito suspensivo, tal questão não apresenta qualquer relação jurídica com o processo licitatório em curso. Não há no auto de infração, ou em norma aplicável, previsão de impedimento à participação da empresa em licitações públicas.

A penalidade prevista, no caso de eventual condenação, é exclusivamente o pagamento de multa, não havendo qualquer previsão de suspensão ou impedimento de licitar. Vincular o prosseguimento da empresa no certame ao desfecho de um processo administrativo é medida desproporcional, que afronta os princípios da **legalidade, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade e devido processo legal**, além de criar exigência não prevista no edital.

## **3. Prazo Excessivo para Conclusão do Auto de Infração**

Destacamos que o auto de infração em questão tramita desde 2021, sem decisão definitiva, o que constitui um prazo excessivo e irrazoável. Impor à empresa o ônus de aguardar indefinidamente a resolução de um processo administrativo para poder licitar viola os princípios da eficiência e celeridade que regem a Administração Pública.



**CLIMÁTICA ENGENHARIA EIRELI**

PROJETO, CONSULTORIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CNPJ: 02.604.476/0001-67

CF/DF: 07.386.680/001-30

TEL.: (61) 3333-0233/ 3333-0003

EMAIL: CLIMATICA.ENG@GMAIL.COM

ADE 600 CONJUNTO 01 LOTE 07 - RECANTO DAS EMAS - DISTRITO FEDERAL

#### **4. Impactos à Moralidade Administrativa e à Competitividade**

A exigência imposta à empresa fere os princípios da moralidade e da competitividade ao criar barreiras injustificadas ao prosseguimento no certame. Ademais, questiona-se: caso a multa seja paga, a empresa estaria automaticamente habilitada? Tal exigência evidencia inconsistências que penalizam a empresa sem amparo normativo ou decisão administrativa/judicial que a justifique.

#### **5. Entendimento da Advocacia-Geral da União (AGU)**

Conforme entendimento consolidado pela AGU:

**“As situações de habilitação à participação do certame descritas na Lei de Regência são objetivas e não merecem interpretação por parte do pregoeiro ou agente de contratação. (...) A verificação, análise e correção dos dados constantes dos órgãos públicos deve ser realizada de forma prévia pelo interessado junto ao órgão público detentor do dado incorreto. Tal tarefa não pode competir ao pregoeiro, que não tem tempo nem conhecimento técnico para assim proceder.”**

Esse entendimento reforça que a análise documental em processos licitatórios deve se pautar por critérios objetivos, sendo vedado ao agente público criar exigências ou condicionantes que extrapolem as disposições previstas em Lei e edital.



**CLIMÁTICA ENGENHARIA EIRELI**

PROJETO, CONSULTORIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CNPJ: 02.604.476/0001-67

CF/DF: 07.386.680/001-30

TEL.: (61) 3333-0233/ 3333-0003

EMAIL: CLIMATICA.ENG@GMAIL.COM

ADE 600 CONJUNTO 01 LOTE 07 - RECANTO DAS EMAS - DISTRITO FEDERAL

## **6. Conclusão e Pedido**

Diante do exposto, solicitamos que seja reconsiderada a exigência de vinculação do auto de infração ao processo licitatório, tendo em vista:

- A ausência de relação jurídica entre o auto de infração e o certame;
- O prazo irrazoável de tramitação do processo administrativo;
- A inexistência de previsão legal ou editalícia que justifique tal exigência;
- Os princípios constitucionais e legais que regem a Administração Pública.

Com isso, requer que seja a presente petição encaminhada para autoridade superior para análise e apreciação dos fundamentos apontados, bem como da validade da exigência imposta à licitante;

Reiteramos nosso compromisso com a legalidade e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos ou envio de documentação complementar que se faça necessária.



# **CLIMÁTICA ENGENHARIA EIRELI**

**PROJETO, CONSULTORIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**CNPJ: 02.604.476/0001-67**

**CF/DF: 07.386.680/001-30**

**TEL.: (61) 3333-0233/ 3333-0003**

**EMAIL: CLIMATICA.ENG@GMAIL.COM**

**ADE 600 CONJUNTO 01 LOTE 07 - RECANTO DAS EMAS - DISTRITO FEDERAL**

Brasília – DF, 10 de dezembro de 2024.

Atenciosamente

**KEMUEL RIBEIRO DA SILVA**

**ADVOGADO**

**OAB/DF 77.703**

**WAGNER MENDES BASTOS**

**CREA: 7202/D-DF**

**DIRETOR EXECUTIVO**

**CLIMÁTICA ENGENHARIA LTDA**